



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO VEREADOR GUILHERME FARIAS



PROJETO DE LEI Nº /2025

Itaguaí, 05 de dezembro de 2025.

Vereador Autor: **GUILHERME FARIAS**

“INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, INCENTIVO À PRODUÇÃO RURAL SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º – Fica instituído, no âmbito do Município de Itaguaí, o Programa Municipal de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroecológico, com os seguintes objetivos:

- I – promover o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares e pequenos produtores rurais;
- II – estimular práticas agrícolas sustentáveis e de baixo impacto ambiental;
- III – apoiar a produção e comercialização de alimentos oriundos da agricultura local;
- IV – incentivar a permanência das famílias no campo;
- V – ampliar a oferta de produtos frescos e de qualidade para a população;
- VI – fomentar boas práticas de manejo do solo, uso consciente da água e preservação ambiental.
- VII – criar o programa de introdução e avaliação da transição agroecológica municipal.

Art. 2º – O Programa instituído por esta Lei contempla, entre outras medidas:

- I – assistência técnica e extensão rural gratuita aos agricultores;
- II – programas de capacitação e qualificação profissional sobre agricultura sustentável, agroecologia e manejo de culturas;
- III – apoio para a regularização fundiária e documental dos produtores;
- IV – implantação de hortas comunitárias e escolares, com participação de agricultores locais;
- V – estímulo à adoção de tecnologias de irrigação eficiente e boas práticas de economia de água;
- VI – promoção de feiras municipais de agricultura familiar e mercados locais permanentes;
- VII – incentivo ao cooperativismo e à formação de associações rurais;
- VIII – criação de linhas de apoio para aquisição de equipamentos e insumos;
- IX – ações de educação ambiental e alimentação saudável.

Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer parcerias com:

- I – órgãos estaduais e federais de agricultura;
- II – universidades, institutos de pesquisa e entidades de assistência técnica;
- III – cooperativas, associações e sindicatos rurais;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAI
PODER LEGISLATIVO



IV – instituições financeiras públicas;

V – organizações da sociedade civil relacionadas ao setor agrícola

Art. 4º – O Município deverá priorizar, sempre que possível, a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar local para abastecimento

I – da merenda escolar;

II – dos programas sociais;

III – dos hospitais, creches e instituições públicas.

§1º A aquisição seguirá preços de mercado local, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar e poderá ser realizada por chamada pública local.

Art. 5º – O Poder Executivo poderá conceder redução ou isenção de taxas municipais aplicáveis às atividades agrícolas de pequeno porte;

II – O Município poderá auxiliar na abertura e manutenção de estradas vicinais, garantindo melhor escoamento da produção;

III – Poderá ser instituído um Selo Municipal de Agricultura Sustentável para produtores que adotem boas práticas ambientais.

IV – Ficam isentos de retenção de IRRF(Imposto de Renda Retido na Fonte), os agricultores familiares do programa PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Art. 6º – Fica criado o Cadastro Municipal da Agricultura Familiar, contendo informações sobre produtores, propriedades, volume de produção, tipo de cultivo e necessidades específicas de suporte técnico.

Art. 7º – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º – O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 9º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guilherme Farias
Vereador



JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI
Fortalecimento da Agricultura Familiar em Itaguaí

O presente Projeto de Lei tem como objetivo central instituir o Programa Municipal de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Incentivo à Produção Rural Sustentável e Desenvolvimento Agroecológico. Esta iniciativa fundamenta-se na necessidade de criar políticas públicas sólidas que garantam o suporte necessário aos produtores rurais de nossa região, promovendo um ciclo de desenvolvimento que beneficia tanto quem produz quanto quem consome.

1. Desenvolvimento Econômico e Social

A agricultura familiar é um pilar essencial para a economia local. O projeto visa promover o desenvolvimento econômico e social dos agricultores e pequenos produtores, incentivando a permanência das famílias no campo através de:

Assistência Técnica e Capacitação: Garantia de extensão rural gratuita e qualificação profissional em agroecologia e manejo de culturas.

Regularização e Infraestrutura: Apoio para a regularização fundiária e auxílio na manutenção de estradas vicinais para facilitar o escoamento da produção.

Incentivos Financeiros: Proposta de redução ou isenção de taxas municipais e isenção de retenção de IRRF para agricultores vinculados ao PNAE e PAA.

2. Sustentabilidade e Saúde Pública

O projeto não foca apenas na quantidade, mas na qualidade e na preservação ambiental. Ao estimular práticas de baixo impacto ambiental e o uso consciente da água, Itaguaí se alinha às metas globais de sustentabilidade. A criação de um Selo Municipal de Agricultura Sustentável servirá como um diferencial competitivo para o produtor local, enquanto a população terá acesso a produtos frescos e de maior qualidade nutricional.

3. Segurança Alimentar e Compras Institucionais

Um dos pontos mais inovadores desta lei é a Compra Institucional. O texto estabelece que o Município deve priorizar a aquisição de alimentos da agricultura familiar local para abastecer:

A merenda escolar.

Hospitais, creches e instituições públicas.

Programas sociais municipais.

Isso garante mercado certo para o agricultor e segurança alimentar com produtos de origem conhecida para nossos alunos e pacientes.

4. Organização e Parcerias

Para que essas ações sejam efetivas, o projeto prevê a criação do Cadastro Municipal da Agricultura Familiar, permitindo que a prefeitura conheça as necessidades específicas de cada produtor. Além disso, autoriza o Poder Executivo a firmar parcerias estratégicas com órgãos estaduais, federais, universidades e instituições financeiras.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
PODER LEGISLATIVO



Conclusão

Pelo exposto, a aprovação deste projeto de lei representa um passo decisivo para transformar a realidade rural de Itaguaí. Estamos propondo uma legislação que combate o êxodo rural, protege o meio ambiente, gera renda local e garante comida de verdade na mesa dos nossos cidadãos.

Diante da relevância da matéria, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta iniciativa.

Guilherme Farias
Vereador